10 anos labor histórico

Revista LaborHistórico
ISSN 2359-6910
v.11, n.2, e66326, 2025
DOI: 10.24206/lh.v11i2.66326

Tradução

As Palavras sobre a Página: Reflexões sobre a Filologia, Antiga e Nova[1]

The Words on the Page: Thoughts on Philology, Old and New

Matthew James Driscoll (autor)[2]
mjd@hum.ku.dk

Mario Newman de Queiroz (tradutor)[3]
mcnqsofocles@gmail.com

Lorenna Bastos (tradutora)[4]
lorennaabastoss@gmail.com

[2] Universidade de Copenhagen
[3] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
[4] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense

Editores-chefes
Marcus Dores
Célia Lopes

Recebido: 01/12/2024
Aceito: 04/01/2025

Como citar:
DRISCOLL, Matthew James; As palavras sobre a página: reflexões sobre a Filologia, antiga e nova. Tradução e notas de Mario Cesar Newman de Queiroz e Lorenna Bastos. *Revista LaborHistórico*, v.11, n.2, e66326, 2025. doi: https://doi.org/10.24206/lh.v11i2.66326

Relevância do texto (com a palavra os tradutores)

Em 1989, o filólogo, linguista Bernard Cerquiglini publica *Éloge de la variante*, o pequeno livro trazia propostas de profundas reavaliações conceituais para o tradicional campo da crítica textual. A partir de reconsiderações do lachmannismo iniciadas por Joseph Bédier, representando os descontentamentos dos medievalistas para com aqueles métodos, Cerquiglini aproxima-se da tradicional filologia com teorizações de suas bases advindas dos estudos de Jacques Lacan, de Roland Barthes, de Michel Foucault, de Paul Zumthor, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, da

[1] Versão em português do texto de "The Words on the Page: Thoughts on Philology, Old and New", de Matthew James Driscoll, traduzida do inglês e comentado por Mario Newman de Queiroz e Lorenna Bastos.

This content is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Estética da Recepção da Escola de Costança, mais a arguta percepção das mudanças que a informática e as conexões em rede trariam, enfim, de todo um contexto de pensamento muito rico que se interrelacionava naqueles idos de 1970, 1980, 1990 a que se costuma dar o nome geral de pós-estruturalismo ou ainda pensamento da diferença.

O pequeno livro de Cerquiglini obteve forte impacto até para além do que em suas poucas páginas propunha, pois representava, em sua modéstia, um verdadeiro manifesto das necessárias aproximações entre campos de estudos de línguas e literaturas que se divorciaram: os estudos filológicos da ecdótica divorciados de campos teóricos que ela demanda, na filosofia, na linguística, na história, nos estudos de literatura, nos estudos sobre o sujeito, o autor, o texto, a escrita, a imprensa, a oralidade, os meios de circulação e produção de conhecimentos. Trazia a inquietação de que o idealismo mecanicista das formulações lachmannianas precisava sofrer mudanças, abrir-se efetivamente para as teorizações do século XX. A intensidade e profundidade do que Cerquiglini tratava em tão poucas páginas (em torno de 120) foi logo percebida e celebrada pelos medievalistas. Assim, Stephen G. Nichols, editor da mais proeminente revista de estudos medievais das Américas, a *Speculum*, em janeiro de 1990, recepcionava a publicação francesa atribuindo-lhe o nome que a tem destacado "New Philology", ou "filologia material".

Apesar da enorme resistência que tem sofrido nos ambientes tradicionais da crítica textual, predominantemente lachmanniana, a *New Philology*, mais francamente aceita nos meios medievalistas, tem grassado enormes avanços nos estudos clássicos e já atinge os estudos bíblicos.

No Brasil, as propostas de Cerquiglini chegaram antes mesmo da publicação do famoso *Éloge de la variante* em livro, através do filólogo Celso Cunha, que, em contato com aquele autor e Paul Zumthor, publicava em 1985, *Significância e movência na poesia trovadoresca*, em que já tangenciava aquelas preocupações dizendo dos "defensores da movência". Em 1992, outro eminente estudioso, mestre dos mestres, sempre muito atento à produção mundial no seu campo de conhecimento, Sílvio Elia, em conferência no III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética, apontava para os dois rumos futuros próximos dos estudos de crítica textual: a crítica genética e a *New Philology* de Cerquiglini. Com enorme sabedoria, Sílvio Elia observava essa transformação como inevitável movimento da passagem do tempo na substituição de bases epistemólogicas. Com o falecimento desses dois mestres um hiato se formou dentro do campo específico da crítica textual (ecdótica) brasileira.

O campo não ficou inteiramente vago com a morte daqueles filólogos. Estudiosos como Philippe Willemart, que acabou se dedicando à crítica genética e a autores estrangeiros, e João Adolfo Hansen, que desde A sátira e o engenho, numa abordagem foucaultiana das questões textuais, têm insistido na necessária abertura dos preceitos tradicionais da ecdótica, mas encontram enorme impermeabilidade no meio. Esse

último, e Marcello Moreira, em Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra... (2013), realizam das mais profundas abordagens críticas dos estudos de ecdótica no Brasil. O texto que aqui traduzimos é de um dos mais importantes estudiosos das sagas islandesas, também denominadas sagas vikings, filólogo medievalista de renome internacional, o professor Matthew James Driscoll tem se dedicado a realizar abordagens em conformidade com as propostas da *New Philology*, sendo dessa um dos seus maiores difusores. Tem-se assim um texto que serve como introdução às propostas dessa concepção de ecdótica. Ainda, apresenta o cenário dos estudos de textos medievais em países nórdicos em que o mesmo predomínio de um aprendizado técnico da ecdótica, destituído de questionamentos teóricos, se faz tal como aqui. Revela também a existência de ambiente de preconceitos entre os adeptos da crítica textual tradicional a todo questionamento *New Philology*.

No esforço de tradução, acrescentamos diversas notas que buscam facilitar a leitura aos não iniciados nos estudos de ecdótica, reforçar os traços didáticos presentes no texto do professor Driscoll para uma introdução às problemáticas da *New Philology*, bem como aproximar o leitor de língua portuguesa do contexto dos estudos das sagas islandesas a que o eminente filólogo se reporta.

Referência da publicação original: DRISCOLL, M. J. The Words on the Page: Thoughts on Philology, Old and New. In: QUINN, J.; LETHBRIDGE, E. (orgs). *Creating the medieval saga*: Versions, variability and editorial interpretations of old norse saga literature. Odense, DK: University Press of Southern Denmark, 2010. p. 87-324. Disponível em: www.driscoll.dk/docs/words.html.

As Palavras sobre a Página: Reflexões sobre a Filologia, Antiga e Nova

Pouquíssimas obras da Antiguidade ou da Idade Média sobrevivem em manuscritos originais, autógrafos ou sancionados oficialmente. A grande maioria chegou até nós em cópias, ou cópias de cópias, com um número desconhecido de alterações dos originais e variando em sua confiabilidade, devido a danos físicos, falibilidade dos escribas ou revisão deliberada. E, enquanto algumas obras sobrevivem em manuscritos únicos, a maioria é preservada em dezenas, centenas ou, em alguns casos, até milhares de cópias. Com raras exceções, nunca há duas cópias do mesmo trabalho exatamente iguais. Há, no mínimo, sempre diferenças na pontuação (das quais geralmente há muito pouco nos manuscritos), na ortografia, refletindo tanto o capricho dos escribas quanto às mudanças na pronúncia, e no léxico, onde novas palavras substituem outras não mais atuais. Os escribas também são capazes de erro, copiando palavras ou frases, escrevendo-as duas vezes ou excluindo-as completamente. Os escribas, particularmente nas tradições vernaculares, também frequentemente fazem mudanças deliberadas, corrigindo o que

consideram erros ou infelicidades, encurtando o texto (por motivos estilísticos ou para ajustar a quantidade de espaço disponível) ou expandindo-o, estilisticamente, por meio de elaboração retórica, ou materialmente, através da adição de novos episódios ou passagens descritivas. Às vezes, as diferenças entre os textos existentes de um determinado trabalho são tão grandes que somos obrigados a vê-los como representando versões ou redações separadas. Ocasionalmente, essas versões são tão diferentes que é impossível imaginar como elas poderiam voltar a um único original, e aqui é habitual vê-las como representando manifestações separadas de uma tradição (oral) subjacente. Em outros casos, é necessário falar de obras separadas tratando material semelhante, em vez de versões separadas de uma única obra.

Ao lidar com a transmissão da literatura clássica e patrística e, de fato, da própria Bíblia, a diferença entre as testemunhas sobreviventes e os originais é geralmente muito grande, assim como o número de testemunhas: 500-600 no caso de escritores romanos populares como Terêncio ou Juvenal, 5.000-6.000 no caso do *Novo Testamento* grego. Os estudiosos que trabalham com outras literaturas antigas com longas histórias de transmissão quirográfica[5], com o sânscrito, por exemplo, enfrentam problemas semelhantes, assim como aqueles que trabalham em certas tradições vernaculares. No caso da literatura nórdica-islandesa antiga, a relativa estabilidade da língua significava que, na Islândia, ao contrário da maior parte do resto da Europa, as obras medievais ainda eram copiadas e lidas até os tempos modernos, mesmo nas primeiras décadas do século XX. As sagas mais populares, principalmente romances como os da *Mágus* saga *jarls*[6], mas também alguns dos Íslendingasögur[7], como a saga *Njáls*[8], e alguns dos poemas

[5] Nota dos Tradutores (N.T.). Quirográfica, manuscrita.

[6] Nota dos Tradutores (N.T.). *Mágus saga jarls*, ou Saga de Mágus jarls, é um romance saga medieval islandês. Sobreviveu em duas principais redações medievais, uma curta de cerca do ano 1300 e uma mais longa de cerca de 1350, ambas inspiradas na Canção de Gesta francesa *Os quatro filhos de Aymon.* Diferentes o bastante, contudo, para serem consideradas composições romanescas islandesas e não meras traduções. (Skaldic Project in 18/02/2023).

[7] N.T. Saga dos islandeses.

[8] N.T. *Saga Njáls* pode ser traduzido por A história de Njáls, o queimado.

eddicos[9] e sagrados, como *Sólarljóð*[10], podem ser preservados em até sessenta ou setenta manuscritos, abrangendo até seis séculos.

Para dar sentido a esses oceanos de exemplares, os estudiosos empregaram a ciência, ou talvez arte, da crítica textual, geralmente entendida como "a técnica de restaurar textos o mais próximo possível de sua forma original" (Kenney, 1985, 614). A crítica textual moderna foi desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, por estudiosos clássicos e bíblicos, mas começou rapidamente a ser empregada por estudiosos de outros campos. Como Haugen e Johansson discutiram nos dois ensaios anteriores, o método mais comumente empregado, o método "genealógico" ou "e*stemmatico*", é normalmente associado ao nome do filólogo alemão Karl Lachmann (1793-1851). O próprio Lachmann, no entanto, nunca

---

[9] N.T. Théo de Borba Moosburger apresenta assim a poesia Éddica. "Ao lado das sagas, destacam-se na produção literária islandesa medieval 2 textos distintos que recebem ambos tradicionalmente o título de *Edda*, um deles – a denominada *Edda* em prosa – atribuído a Snorri Sturluson (autor do mencionado *Heilmskringla* (saga dos reis)), o outro – a chamada *Edda* poética – uma coletânea de poemas anônimos com temática mitológica e lendária. A *Edda* em prosa, provavelmente escrita em 1222 ou 1223, é ao mesmo tempo o mais completo relato da Mitologia Nórdica de que dispomos e um extensivo manual de versificação *escáldica*. Os poetas de corte, que compunham versos heróicos geralmente em louvor à potestade de reis, eram denominados *skáld*, e sua poesia, extremamente complexa em termos formais e necessariamente repleta de imagens poéticas (os *Kenningard*, pl de *kenning*) que fazem referências ao universo mítico pagão, é conhecida como poesia escáldica (em oposição à poesia narrativa denominada éddica, mais antiga, de temática mitológica ou heroica, encontrada na *Edda* poética). A poesia escáldica foi uma arte que florescera na era viking mas que, devido às radicais transformações culturais e espirituais por que passava o mundo nórdico após a consolidação do cristianismo, corria o risco de ser esquecida. Snorri, poeta, compôs assim sua *Edda* (o título de significado incerto, bem poderia significar algo como "arte poética") (...)

A *Edda* poética, por sua vez, foi redigida na segunda metade do século XIII, mas se trata, na verdade, de uma compilação de poemas compostos oralmente alguns séculos antes. Alguns desses poemas podem ter sido criados, em sua forma conhecida, nos séculos IX e X, ainda em tempos pagãos, outros já na soleira do cristianismo, e outros por fim, perto da época em que foram redigidos; está longe de ser uma obra una, mas percebemos um sentido cronológico e temático no agrupamento dos poemas. (...)

A *Edda* poética foi assim denominada a posteriori em referência à *Edda* em prosa por ter-se observado uma identidade temática entre a coletânea anônima de poemas narrativos e o tratado de Snorri, de fato intitulado *Edda*, no qual além disso, há citações de versos encontrados também na *Edda* poética. Apesar de redigida posteriormente à *Edda* de Snorri (cerca de meio século mais tarde), a *Edda* poética é também denominada *Edda* antiga, justamente por conter poemas antigos; é também chamada, por vezes de *Edda* maior. Em oposição, a obra de Snorri é referida também como *Edda* menor ou *Edda* nova". In: MOORSBURGER, Theo de Borba. SAGAS ISLANDESAS. São Paulo: Hedra, 2009. p. 22-24.

[10] N.T. Pode ser traduzido como *Cantigos do Sol*, composto em versos tradicionais da cultura nórdica, no início do século XIII, é parte da poesia éddica, mas já apresenta uma cosmovisão cristã. A voz narrativa numa espécie de limbo entre o vivo e o morto percorre e descreve o céu e o inferno.

apresentou um *stemma*[11], e seu método já havia sido antecipado por estudiosos como os alemães Friedrich August Wolf (1759-1824), Carl Gottlob Zumpt (1792-1894) e Friedrich Wilhelm Ritschl (1806-1876), e o dinamarquês Johan Nicolai Madvig (1804-1886)[12]. A associação do nome de Lachmann ao método pode ser devida, pelo menos em parte, ao fato de ele ter trabalhado com uma ampla variedade de idiomas e textos, incluindo o Novo Testamento grego, Lucrécio e o *Nibelungen Not*[13]. Conforme detalhado no livro de Paul Maas, *Text kritik*[14], o método envolve essencialmente reconstruir, com base nas evidências dos manuscritos sobreviventes, a(s) forma(s) mais antiga(s) recuperável(eis) de texto que está por trás deles. Primeiro, é necessário identificar todas as testemunhas sobreviventes, datar e localizá-las, se possível, e depois estabelecer o relacionamento entre elas através do agrupamento, onde todas as leituras variantes que elas contêm são registradas e comparadas. Erros e omissões cometidos pelos escribas ao copiar fornecem os meios mais válidos para elaborar as relações entre os manuscritos. As testemunhas que são comprovadamente derivadas de testemunhas existentes anteriores não têm valor e, portanto, são eliminadas. O relacionamento estabelecido das testemunhas restantes é então geralmente apresentado na forma de uma árvore genealógica ou *stemma codicum*[15]. Na cabeça, ou raiz, desta árvore está um único manuscrito sobrevivente do

---

[11] Nota do Autor (N.A.). Embora o primeiro *stemma codicum* publicado seja atribuído a Carl Zumpt em sua edição de Cícero de 1831, foi de facto precedido pelo dos estudiosos suecos Carl Johan Schlyter e Hans Samuel Collin em sua edição das leis de Västergötland (*Westgöta-Lagen*, o primeiro volume de Samling af Sweriges Gamla Lagar), publicado em 1827; sobre Schlyter, veja Holm (1972) e Frederiksen (1991, 1994 e 2003).

[12] N.A. Ver também Timpanaro (1971).

[13] N.T. A canção dos Nibelungos foi redigida por volta do ano 1200 em alto-alemão médio (estágio histórico da língua alemã que vai de 1050 a 1350), o texto intitulado "canções" é a mais famosa das versões da saga dos Nibelungos. A saga dos Nibelungos retoma tradições orais de eventos ocorridos nos séculos V e VI, esses eventos e personagens são apresentados em tradições de diversos povos, como a saga islandesa dos Volsungos. Na atualidade há trinta e cinco manuscritos medievais conhecidos da *canção*, o que indica a grande popularidade da história durante a Idade Média. Onze desses manuscritos estão essencialmente completos, e vinte e quatro são fragmentários, incluindo uma versão em neerlandês (manuscrito T). O texto contém aproximadamente 2400 estrofes divididas em 39 capítulos. Uma dessas versões da Saga dos Nibelungos foi nomeada "Nibelungen not", que seria "Aflição dos Nibelungos".

[14] N.A. A terceira edição da obra de Maas foi publicada em 1957 e traduzida para o inglês no ano seguinte. Foi publicado pela primeira vez como parte III de Gercke e Norden (1927).

[15] N.T. Na tradição lachmanniana, busca-se reconstituir o texto original (perdido ou ideal), conforme a vontade autoral, sendo a história da transmissão textual sempre compreendida como uma história negativa, história de corrupções e perdas. Então, o trabalho da crítica textual é reconstituir o texto em sua originalidade perdida, para isso seu primeiro movimento é o levantamento de todas as variantes e testemunhos de um texto (*recensio*). Logo após, o editor crítico fará a *collatio*, a análise comparativa de todos os manuscritos ou impressos reunidos na *recensio*, estabelecendo-se ordem cronológica das diversas ocorrências da obra, verificando-se as semelhanças e diferenças entre essas, organizando as

qual todos os outros descendem, ou, mais comumente, uma cópia perdida, que pode ser reconstruída com base nas testemunhas sobreviventes. Esse ancestral hipotético é chamado de "arquétipo" e, não deve ser, mas frequentemente é confundido com o "original", ao qual pode obviamente estar de alguma forma afastado. Alguns críticos de texto, particularmente em épocas anteriores, optam por emendar um arquétipo não autêntico ou corrompido por meio de conjecturas ou adivinhações (*divinatio*), como é chamado, a fim de se aproximar do original.

Embora o método estemático seja muito elegante e sua lógica seja nada menos que majestosa, ele tem várias deficiências, a mais significativa é que dificilmente trabalha com tradições textuais reais, pois pressupõe, entre outras coisas, que não há dois escribas que sempre cometam o mesmo erro, o que frequentemente cometem, de que sempre trabalharão com um único exemplar, o que frequentemente não fazem, e que a maioria dos escribas tenderá a reproduzir exatamente seus exemplares, o que quase nunca acontece, pelo menos no caso de literatura vernacular. E, de fato, as críticas ao método vêm principalmente de medievalistas que trabalham em tradições vernaculares, principalmente o estudioso francês Joseph Bédier (1864-1938), que rejeitou as alegações de objetividade científica da análise estemática e defendeu uma política editorial que envolvia a escolha de um único "melhor texto"[16] e reproduzi-lo de forma conservadora, ou seja, com o mínimo de emendas possível (apenas em casos de erro óbvio de escriba). Algo não totalmente diferente do método genealógico poderia ser usado para identificar famílias de manuscritos relacionados, mas, segundo Bédier, deve-se evitar postular a existência – e reconstruir os textos – de manuscritos perdidos (Bédier, 1928). Embora inicialmente tenha sido criticado por muitos, o método de "melhor texto" de Bédier tem a vantagem de reduzir os danos ao texto por meio de emendas editoriais subjetivas (por editores que, segundo Bédier alegou, tendiam a se ver como colaboradores do autor) e apresenta ao leitor, se não o texto, pelo menos um texto que realmente existisse.

New Philology[17]

A principal inovação na área da teoria editorial nos últimos anos tem sido a chamada *New Philology* ou "filologia material", a chamada às armas veio em 1990 com

variantes em famílias a partir de seus supostos "erros" de transmissão, eliminando os testemunhos repetidos. Como resultado dessas duas etapas realiza-se o *Stemma codicum*, que é uma árvore genealógica com raiz para cima das diversas famílias de variantes. No *Stemma*, estarão representadas as "relações de derivação e de conexão entre um texto original e suas cópias" (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 40).

[16] N.A. O termo "codex optimus" de Bédier talvez seja melhor traduzido como "melhor manuscrito", o que é como Odd Einar Haugen lhe chama (1995: 82 e no seu ensaio neste volume).

[17] N.T. Por uma questão de desambiguação mantemos o nome em língua inglesa atribuído por Stephens Nichols às propostas de transformações conceituais e metodológicas ecdóticas de

a publicação de uma edição especial da *Speculum*: Uma revista de estudos medievais editada pelo filólogo românico Stephen Nichols, da *Johns Hopkins University*[18]. A inspiração imediata para a "nova" filologia veio do polêmico ensaio *Elogio da variante* de Bernard Cerquiglini, que apontou o ponto de virada na história dos estudos literários medievais alegando que a instabilidade é uma característica fundamental da literatura transmitida quirograficamente: o texto medieval é essencialmente "variação"[19]. Pode-se dizer que os princípios fundamentais da "New Philology", ou "filologia material", são os seguintes:

> As obras literárias não existem independentemente de sua materialidade, a forma física do texto é parte integrante de seu significado; preciso, portanto, olhar para "o livro inteiro", as relações entre o texto e características como forma, configuração, iluminuras, rubricas e outros recursos paratextuais e, não menos importante, os textos circundantes.
>
> Esses objetos físicos surgem por meio de uma série de processos nos quais um número (potencialmente grande) de pessoas está envolvido; surgem em momentos particulares, em lugares particulares e para fins específicos, todos de modo social, econômica e intelectualmente determinados; esses fatores influenciam a forma que o texto assume e, portanto, também faz parte de seu significado.
>
> Esses objetos físicos continuam a existir ao longo do tempo, são disseminados e consumidos sob formas que também são social, econômica e intelectualmente determinadas, trazendo em si vestígios dessa trajetória.

Enquanto a reação dos teóricos do texto à "New Philology" tem sido favorável, os envolvidos realmente na edição acadêmica – não menos no interior do antigo nórdico-islandês – tendem a ser desdenhosos, embora suas críticas raramente tenham sido impressas, sendo confinado, em vez disso, para o corredor e a sala de café. Os motivos para sua censura à "New Philology" geralmente é a de que não existe nada

---

Bernard Cerquiglini e de Stephens Nichols. Buscamos evitar confusão entre essa e aquela que nos nossos manuais (brasileiros) de crítica textual se denomina "nova filologia", a de Pasquali, dos idos de 1930, também chamada neolachmanniana.

[18] N.A. Ver especialmente o ensaio introdutório de Nichols (1990); outros trabalhos importantes são Nichols (1994) e (1997).

[19] N.T. Cerquiglini, em *Éloge de la variante*, afirma lapidarmente: "l'écriture médiévale ne produit pas des variantes, elle est variance" (1989, p. 111), que se pode traduzir; "a escrita medieval não produz variantes, ela é variação".

de "novo" nela, que é mesmo o que "nós temos feito o tempo todo"[20], ou que, embora possa ser possível como acessório da filologia "adequada", e pode ser mais adequado para alguns tipos de textos do que para outros, a "New Philology" não pode substituir a filologia tradicional, uma vez que é claramente ridículo alegar, por exemplo, que algum manuscrito arbitrário do século XVIII, com todos os seus erros e corrupção, é tão bom quanto um comprovadamente mais perto do original. Para esta última objeção, tudo o que posso dizer é, bem, bastante. Ninguém, até onde sei, jamais afirmou que todos os manuscritos de uma determinada obra eram igualmente bons; de uma perspectiva nova ou material-filológica, por outro lado, pode-se afirmar que todos os manuscritos de uma dada obra são igualmente interessantes (pelo menos potencialmente), não para estabelecer o texto, separando leituras "boas" das "más", o que não é o que a "New Philology" procura fazer, mas sim o que eles podem nos dizer sobre os processos de produção, disseminação e recepção literária de que são testemunhas[21]. Nem sei de alguém que tenha afirmado que com o advento da "New Philology", não há mais justificativa para praticar a filologia "antiga". A maioria dos linguistas hoje em dia sem dúvida prefere discutir o significado de uma palavra em termos de como ela é usada pelos falantes reais da língua em questão, ou num subgrupo da mesma, em vez do que por referência à sua etimologia – isto é, de uma sincronia ao invés de uma perspectiva diacrônica – mas não estou ciente de alguém que tenha seriamente sugerido que a lingüística histórica não pode mais ser praticada.

À primeira dessas acusações, de que não há nada de novo na "nova" filologia, só se pode dizer que, como qualquer outro movimento, tendência ou escola, a "New Philology" não é formada por um *ex-nihilo*. Um dos seus mais óbvios antecedentes está em Paul Zumthor. que introduziu o conceito de *mouvance*, a "mobilité essentielle du texte médiéval" (Zumthor 1972: 171, "a mobilidade essencial do texto medieval"), sem a qual as ideias de Cerquiglini teriam sido impensáveis. Outra pode ser encontrada nos desenvolvimentos da Bibliografia anglo-americana em 1970 e inícios de 1980. O

[20] N.A. Este é essencialmente o argumento de um artigo recente de Sverrir Tómasson (2002); no pág. 202, por exemplo, ele diz que "margt af því sem þar [sc. na nova filologia] fram kemurá sér eldri rætur" ("muito do que aparece lá [sc. na nova filologia] tem raízes mais antigas"), e mais tarde, na p. 213, ele conclui: "Hin svokallaða nýja textafræði hvílirá gömlu textafræðinni, án þeirra rannsókna sem lúsiðnir fílólógar hafa gert um tvegja alda skeið væri nýja textafræðin ekki til." ("A chamada nova filologia baseia-se na antiga filologia; se não fosse pelos esforços de filólogos diligentes ao longo dos últimos dois séculos a nova filologia não existiria."). Para uma crítica geral dos preceitos subjacentes à "new philology" ver Pickens (1994).

[21] N.A. Hans Walter Gabler (2005: 907b), salienta que "Através do interesse reacendido de medievalistas em uma 'filologia material', ela recebeu nova atenção, por que, por exemplo, muitas vezes são os exemplares desqualificados sob premissas *stemalógicas* como variantes sem importância, textualmente não confiáveis e corruptos que, na alta variabilidade de seus textos, mantêm informações imediatas sobre a vida cultural e a vida após a morte das obras".

que se deu naquele contexto, encontrou sua culminância nas "Palestras Panizzi 1985", de D.F. McKenzie, publicadas no ano seguinte com o título *Bibliografia e sociologia dos textos*, que trazia como principal argumento que, como qualquer história do livro deve levar em conta as motivações sociais, econômicas e políticas da publicação, há motivos pelos quais os textos são escritos e lidos, por que são redigidos e redesenhados, ou "permitidos", é mais útil descrever a bibliografia como "o estudo da sociologia dos textos"; "Sociologia" porque lida com "os seres humanos e as interações que envolvem todo o estágio de sua produção, transmissão e consumo" (McKenzie 1985: 5-7). Outros podem apontar para *A Critique of Modern Textual Criticism*, de Jerome McGann, que também propôs uma abordagem sociológica, em vez de intencionalista, argumentando que as obras literárias "são fundamentalmente sociais, em vez de produtos pessoais ou psicológicos" (McGann 1983: 43-4)[22]. Não devemos subestimar a influência da França (e de inspiração francesa) obra de *Histoire du livre*[23], obra no mundo de língua alemã em história da transmissão *Überlieferungsgeschichte*[24][25], e o extenso trabalho em oralidade e alfabetização em ambos os lados do Atlântico no final dos anos 1970 e 1980[26] – na verdade, praticamente tudo o que se passou em estudos literários e culturais do final dos anos 1960 em diante, subsumido sob o título geral "pós-estruturalismo", que, entre outras coisas, desenfatizou a importância do autor, focando em vez disso na natureza inevitavelmente colaborativa da produção literária, disseminação e recepção, e as forças culturais, históricas e ideológicas em ação nesses processos.

É necessário, antes de tentar avaliar o quão "nova" é a "New Philology", distinguir entre três conceitos básicos: a "obra", o "texto" e o "artefato"[27]. Para dar um exemplo simples: Hamlet é uma "obra". A edição da *New Swan Shakespeare Advanced Series de Hamlet* por Bernard Lott, M.A., Ph.D., publicada pela Longman em 1968, é, ou

---

[22] N.A. Embora oriundos de tradições intelectuais semelhantes, McGann e McKenzie parecem ter operado em grande parte de forma independente um do outro (cf. Greetham 1999: 407). McGann postulou pela primeira vez sua ideia de "códigos bibliográficos" em uma revisão do livro de McKenzie. livro (McGann 1988, posteriormente desenvolvido em McGann 1991), e diz em um recente artigo que ele vê seu próprio trabalho "como uma busca crítica das ideias de McKenzie" (McGann 2005: 226).

[23] N.A. A obra seminal de Fevre e Martin (1958).

[24] N.T. Reconstrução de possíveis versões anteriores. São levantadas hipóteses sobre uma ou mais versões orais. O objetivo é chegar a uma suposição bem fundamentada sobre a versão mais antiga possível.

[25] N.A. Ver, por exemplo, Ruth (1985)

[26] N.A. Por exemplo, obras como Ong (1982) e Goody (1987), para citar apenas duas.

[27] N.A. Não sou o primeiro a fazer estas distinções, e outros nomes são possíveis para o conceitos; estes são simplesmente os que prefiro. Minha principal inspiração é Shillingsburg (1996: 41–51) embora Shillingsburg use o termo 'documento' para o que eu prefiro chamar de 'artefato'.

apresenta, um " texto". Minha cópia da edição de Lott, comprada na Blackwell"s em Oxford em 1979 e contendo minhas numerosas anotações, é um "artefato"[28].

A "obra", por ser uma abstração, talvez seja a mais difícil de definir. Por "Hamlet, a obra", refiro-me simplesmente à soma de todos os Hamlets que existiram, impressos, encenados, filmados ou de outra forma manifestados[29]. Aqueles da escola intencionalista, por outro lado, argumentariam que "Hamlet, a obra", é o que Shakespeare originalmente pretendia que Hamlet fosse, "o que Shakespeare escreveu". No entanto, no caso de Shakespeare e de muitos outros escritores, frequentemente é impossível estabelecer qual poderia ter sido a intenção original do autor, ou mesmo se o autor tinha uma única intenção original. *Rei Lear*, por exemplo, existe conhecidamente em duas versões bastante distintas, ambas aparentemente igualmente "autênticas". E o que dizer de obras para as quais não há autor, ou onde a noção de autoria é altamente problemática, por exemplo, aquelas originalmente de natureza oral: o que "Homero" pretendia com a Odisseia?

O "texto" pode ser definido como uma série de palavras em uma ordem específica, o que parece bastante simples. No entanto, é muito semelhante a uma moeda com dois lados distintos. W.W. Greg dividiu famosamente o texto em "substantivos", que "afetam o significado do autor ou a essência de sua expressão", de um lado, e "acidentais", principalmente características representacionais como ortografia, pontuação, divisão de palavras, etc., do outro (1950-1: 21). Os "acidentais", as palavras na página (ou tela) diante de nós, podemos nos referir como o "texto real", e os "substantivos", como o "texto ideal", com o olhar firmemente voltado para cima, em direção à "obra".

O "artefato" parece ser o menos problemático dos três, pois qualquer objeto que contenha texto é, por sua natureza, único. Isso é evidentemente verdadeiro para manuscritos, um pouco menos evidente para livros impressos no início (já que duas cópias nunca são exatamente iguais). Mas, na era da reprodução em massa, é realmente possível afirmar que cada cópia de um texto é um artefato único? Qualquer pessoa que tenha, por exemplo, lido um livro anteriormente anotado, mesmo que rapidamente, por outro leitor (ou até por si mesmo em algum momento), ou encontrado uma cópia de um livro em um lugar improvável (Hamlet em um quiosque de aeroporto), concordará, creio eu, que certamente pode ser. E quanto aos textos eletrônicos? Os bits em discos e pixels

---

[28] N.A. Embora a distância entre obra, texto e artefato nem sempre seja obviamente tão grande, como no caso de Hamlet – onde, por exemplo, um poema foi anotado no verso de um envelope e depois esquecido, de modo que resta apenas um único texto, preservado dentro ou sobre um único artefato, daquela obra em particular – a distinção entre os três é, no entanto, bastante real.

[29] N.A. Zumthor definiu a "obra" como "l'unité complexe […] que constitue la coletivité des versions en manifestant la materialité; la synthèse des signes employés par les 'auteurs' sucessifs (chanteurs, récitants, copistes) et de la literalité des textes" (1972: 73), "a unidade complexa constituída pela coletividade de suas versões materiais; a sintese dos signos empregados pelos sucessivos "autores" (cantores, recitadores, copistas) e da literalidade dos textos").

em telas são realmente tão "materiais" quanto a tinta no papel? Um documento digital é realmente "o mesmo" quando acessado em dois computadores diferentes?

O foco da crítica textual tradicional sempre foi a "obra", da qual se pode ter uma visão por meio da rigorosa investigação das testemunhas existentes. Na medida em que a crítica textual tradicional reconhece artefatos, ela tende a desprezá-los. A edição do "melhor texto" apresenta exatamente isso, um "texto", uma série de palavras em uma ordem específica, sem tentar dizer muito sobre a "obra" – embora haja obviamente algum valor inerente na palavra "melhor" e alguma significância no fato de que "texto" está no singular. Mas o interesse tem sido firmemente nos "substantivos", o lado superior da moeda textual, em vez dos "acidentais". Na "New Philology", no entanto, o foco está inteiramente no lado inferior, artefatual, na interação entre o texto e o artefato portador de texto, na forma como os "códigos bibliográficos" afetam – fazem parte de – o significado do texto, tanto quanto seu conteúdo lexical. E é aqui, nessa mudança de orientação, que o "novo" na "nova" filologia é encontrado.

Jón Helgason e a "Escola Arnamagnæan"

No seu recente artigo "*Er nýja textafræðin ný*?", Sverrir Tómasson afirma "*saga norrænnar textafræði er því miður enn ósögð*" (2002: 200, "a história da crítica textual do nórdico antigo, infelizmente, permanece não contada"). Não é minha intenção aqui, assim como não foi a dele lá, escrever essa história. No entanto, eu gostaria, pelo menos, de examinar a história da crítica textual do nórdico antigo à luz da sugestão de que o que "nós", que entendo significar estudiosos que trabalham na tradição *Arnamagnæan*, temos feito o tempo todo é essencialmente "New Philology", uma sugestão que, diante da distinção entre obra, texto e artefato apresentada anteriormente, é, no mínimo, um exagero.

As publicações acadêmicas de textos nórdicos antigos começaram a aparecer sob os indicadores da Comissão *Arnamagnæan* em 1773 com a publicação de *Kristni saga*, mas por "a tradição *Arnamagnæan*", eu me refiro em particular às publicações nas duas séries inauguradas por Jón Helgason (1899-1986), professor de nórdico antigo na Universidade de Copenhague de 1929 a 1969. Jón, que foi secretário da Comissão *Arnamagnæan* a partir de 1927 e membro pleno a partir de 1936, iniciou em 1941 uma série de monografias acadêmicas sob o título *Bibliotheca Arnamagnæana* e uma nova série de edições críticas de textos nórdicos antigos, Editiones *Arnamagnæanæ*, dez anos depois (embora o primeiro volume de *Byskupasögur*[30], publicado em 1938 e contendo a edição de *Hungrvaka*[31] de Jón, seja, para todos os efeitos, considerado parte da série). Embora Jón tenha sido responsável por apenas algumas dessas edições

[30] N.T. Saga de Byskupa.

[31] N.T. Vigília Faminta, ou ainda, Greve de fome (sueco).

(o segundo volume de *Byskupasögur*, publicado em 1978, e os oito volumes de *Íslenzk fornkvæði*[32], publicados entre 1962 e 1981), ele esteve envolvido, direta ou indiretamente, em todas elas, mesmo de além do túmulo: o volume mais recente das *Editiones* a aparecer, *Egils saga Skallagrímssonar III*, editado por Michael Chesnutt (2006), é, como declarado na página de título, *"efter forarbejder af Jón Helgason"* ("baseado em trabalhos preliminares de Jón Helgason"). A influência de Jón também é evidente na série de edições e monografias publicadas a partir de 1972 pelo Instituto *Arnamagnæan* em Reykjavík, a maioria dos membros originais da equipe estudou em Copenhague sob a orientação de Jón. Membros da geração mais antiga de estudiosos textuais nórdicos antigos em outros países geralmente passaram longos períodos sob a orientação de Jón, enquanto a geração mais jovem, por sua vez, foi orientada em grande parte por eles. Portanto, enquanto Jón, sem dúvida, teria negado rapidamente, há, portanto, uma "escola Helgasoniana" discernível que dominou a prática textual-crítica nórdica antiga a partir da metade do século XX.[33]

É uma escola sem um manifesto, no entanto, já que Jón Helgason nunca produziu qualquer tipo de diretrizes para a prática editorial ou se envolveu em qualquer discussão teórica ou metodológica de seus preceitos. Em uma apresentação de conferência de 1985, Helle Jensen, que editou *Eiríks saga víðförla*[34] para *Editiones Arnamagnæanæ*, descreve com algum humor como foi introduzida – ou melhor, não foi – à prática textual-crítica por Jón Helgason, que disse a ela que tudo o que ela tinha que fazer era "*bare lige se på alle håndskrifterne og finde ud af, hvordan de var skrevet af efter hinanden*" (Jensen 1985: 500, "apenas dê uma olhada em todos os manuscritos e descubra como foram copiados uns dos outros"). Seguindo o conselho de Jón e olhando para outras edições *Arnamagnæan*, ela disse que foi capaz de deduzir os métodos empregados, e só muito tempo depois ocorreu a ela que a discussão teórica dos preceitos da crítica textual deveria existir[35]. Quatro anos depois, ela retornou a esse tema em um excelente artigo em *Forskningsprofiler*: "*For det er en ejendommelighed ved nordisk filologi i alminde-*

---

[32] N.T. Poesia Islandesa Antiga.

[33] N.A. Cf. Jakob Benediktsson: 'Med sine udgaver fra 1930erne og senere skabte han en helt ny standard for udgivelsen af norrøne tekster som siden er blevet et mønster for andre udgivere på dette område.' (1980: 208, 'Com suas edições da década de 1930 e posteriores, ele estabeleceu um padrão totalmente novo para a edição de textos em nórdico antigo, que desde então se tornou um modelo para outros editores nesta área.'). Veja também Jonna Louis-Jensen: 'hans udgiverpraksis har dannet skole, således at den bl.a. følges i alle tekstkritiske udgaver, der udsendes af de to arnamagnæanske institutter i København og Reykjavík' (1986: 28, 'a sua prática editorial estabeleceu uma escola, que é seguida, entre outras, em todas as edições textuais-críticas publicadas pelos dois institutos Arnamagnæan em Reykjavík e Copenhagem').

[34] N.T. Saga difundida de Erick

[35] N.A. A introdução à crítica textual recebida pelo presente escritor quando graduando, estudante em Reykjavík, foi igualmente breve, consistindo na verdade em apenas duas palavras: 'samei ginlegar villur ("erros compartilhados").

lighed og norrøn filologi i særdeleshed, at der har været meget lidt explicit teoretiseren omkring disse emner" (Jensen 1989: 211, "Pois é uma curiosidade da filologia nórdica em geral e da filologia nórdica antiga em particular, que houve muito pouco teorizar explícito sobre esses assuntos").

Pode-se presumir que essa relutância em teorizar sobre a prática editorial foi porque Jón, que tinha ou afirmava ter uma antipatia por muitas coisas, considerava isso algo evidente por si só, senso comum, simplesmente o que se fazia com textos. Pode-se, como Helle Jensen fez, extrair "o que se fazia com textos" do próprio trabalho editorial, de Jón e das edições publicadas sob sua supervisão. De Jón, a única coisa que se aproxima de uma declaração de princípios, além de algumas observações no livro *Handritaspjall* (1958, especialmente 106–10), foi um artigo intitulado "*Om udgivelser af islandske tekster*" ("Sobre a edição de textos islandeses"), apresentado em um seminário, *Synspunkter på tekstudgivelse*, realizado em 1979, quando Jón recebeu um doutorado honorário da Universidade de Copenhague. Infelizmente, o texto completo deste nunca foi publicado – embora, talvez não surpreendentemente – mas há um resumo em inglês no *Arnamagnæan Bulletin* de 1977–9 (14–5)[36]. A parte central desse resumo é a seguinte:

> A base essencial para todo estudo detalhado de um texto é uma edição crítica. Pode-se exigir de uma edição que ela apresente, na medida do possível, uma investigação de toda a tradição manuscrita. As numerosas cópias recentes de obras mais antigas devem ser examinadas porque sempre há a possibilidade de que derivem de fontes diferentes dos textos medievais preservados. O resultado de tal exame muitas vezes é que as cópias mais recentes se mostram sem valor independente, mas isso deve ser demonstrado. O objetivo do editor deve ser apresentar o mais concisamente possível tudo o que os manuscritos em si podem nos dizer sobre a forma mais antiga de uma obra específica (ou seja, a forma mais antiga que podemos estabelecer, que não necessariamente é o molde original), ao mesmo tempo em que fornece um relato da história da obra ao longo dos séculos.

Jón parece ter decidido o que se fazia com textos bastante cedo. Entre os documentos nos arquivos da Comissão, há um "Plano para uma nova edição de *Fornaldarsögur*

[36] N.A. Vários dos artigos do livro *Tekstkritisk teori og praksis* (Fidjestøl et al. 1988) buscam fornecer alguns antecedentes metodológicos, em particular os de Jensen, Ólafur Halldórsson e Stefan Karlsson. Jonna Louis-Jensenga veem um paper em um seminário em 1999 em homenagem a Stefán Karlsson (que recebeu um doutorado honorário pela Universidade de Copenhague) sobre 'Jón Helgason og den københavnske udgivertradition'; tal como a contribuição de Jón Helgason de 1979, esta também nunca foi publicada, mas um resumo em inglês pode ser encontrado na pág. 16 do Boletim de 1998–9. Veja também Luís Jensen (1986: 28).

Nordrlanda[37]" de 1939 (Driscoll 2009). Infelizmente, esse plano nunca foi realizado devido ao início da guerra, mas a proposta, ainda que não assinada, pode ser assumida principalmente como trabalho de Jón Helgason, inclui o seguinte:

> Hele Haandskriftsmaterialet undersøges. Den oprindeligste Tekst søges fastslaaet. Hvis en Saga foreligger i flere forskellige Redaktioner, aftrykkes de hver for sig. Hvor der foreligger mindre Afvigelser mellem Haandskrifter, som har tekstkritisk Betydning, optages de i et Variantapparat. I Indledningen skal Overleverings-historien saavidt muligt udre- des, ogsaa med Benyttelse af Afskrifter, som ikke har tekstkritisk Værd.[38]

Num artigo de 1950 sobre uma nova edição planejada do *corpus* da poesia escáldica, Jón afirma que "*Der er en række krav, der er så velkendte, at der næppe er grund til at opholde sig ved dem*" (1950a: 130, "existe uma série de requisitos que são tão bem conhecidos que mal há motivo para nos determos neles"). No entanto, ele menciona um especificamente: "*redegørelser for haandskrifternes forhold til hverandre*" ("uma explicação sobre a relação dos manuscritos entre si"), que, ele acrescenta, "*et emne som overhovedet ikke blev berørt i den gamle udgave*" ("um assunto que não foi de modo algum abordado na antiga edição"). "*Den gamle udgave*" é *Den Norsk-Islandske Skjaldedigtning* (1912–5) de Finnur Jónsson (1858–1934), professor de Filologia Nórdica Antiga na Universidade de Copenhague de 1898 ("temporário", tornou-se um professor "regular" em 1911) a 1928. Na verdade, o programa crítico-textual de Jón Helgason poderia ser visto de muitas maneiras como uma reação ao de seu antecessor. Finnur era, sem dúvida, um dos editores de texto mais prolíficos de todos os tempos, produzindo, ao longo de cinquenta anos, edições de uma enorme quantidade de obras, frequentemente mais de uma. Sem ele, muitas dessas obras teriam permanecido (e, em alguns casos, ainda permaneceriam) inacessíveis à comunidade acadêmica, então só podemos agradecer por sua diligência, mas há muito poucas de suas edições, em particular as mais recentes, que não poderiam ter sido melhores. O que Jón replicava, em particular, era a tendência de Finnur de descartar manuscritos mais recentes, muitas vezes sem tê-los realmente examinado, como "*uden nogen som helst selvstændig verdi*" (Finnur Jónsson 1886–8: XXIX, "inteiramente sem valor independente"), manuscritos que estudiosos subsequentes, não raramente ele mesmo, ocasionalmente encontraram

---

[37] N. T. As antigas sagas das Terras do Norte.

[38] N.T. No original, o texto aparece em Islandês no corpo e com nota traduzida para a língua inglesa. N.A. "Todo o material manuscrito é examinado. O texto mais original identificado. Caso exista uma saga em mais de uma redação estas serão impressas separadamente. Onde existem pequenas variações entre manuscritos com valor crítico-textual, estas serão incluídas em um aparato. Na introdução, o histórico de transmissão será discutido tanto quanto possível, também com a utilização de cópias que não tenham valor crítico-textual".

serem de grande valor (Jón Helgason 1934a: 150)[39]. A insistência de Jón de que toda a tradição manuscrita seja investigada era simplesmente uma maneira de garantir que não se negligenciasse manuscritos com valor crítico-textual, como Finnur havia feito. Isso não o torna um novo filólogo *avant la lettre*. Como deixou claro na passagem citada acima, o trabalho do editor deve ser investigar os manuscritos para ver o que eles "podem nos dizer sobre a forma mais antiga de uma obra específica", não o que eles podem nos dizer sobre si mesmos[40].

A edição de Desmond Slay da *Hrólfs saga kraka* de 1960 pode ser considerada um exemplo típico de uma edição *Arnamagnæan*[41]. Dos trinta e oito manuscritos da saga conhecidos por ele na época, Slay elimina todos, exceto doze, como "sem autoridade para estabelecer o texto da saga" (1960b: 4). No entanto, esses doze não eram todos de igual valor, e ele conseguiu concentrar sua atenção em cinco "para fins práticos na reconstrução textual". "Quase qualquer um deles", diz ele, "poderia ser usado como base para uma edição", mas ele escolheu AM 285 4to, embora reconhecendo que não havia "nenhuma razão decisiva" para fazê-lo. Há muito poucas emendas no texto, além

---

[39] N.A. Curiosamente, o programa de crítica textual de Finnur Jónsson parece ter sido uma reação à de seu antecessor, Konráð Gíslason. Como ele expressou em sua autobiografia: 'Við útgáfur af sögum hef jeg fylgt þeirri reglu að fylgja sem næst einu og þá því elsta og besta, en aðeins leiðrjetta það eftir öðrum handritum, þar sem þau voru til; en að blanda saman textunum og búa til úr þeim aðaltexta, hef jeg álitið alveg rángt. En það gerði Konráð í Njáluútgáfu sinni. Hann tók þessa setníngu úr einu handriti og aðra úr hinu, og þóttist þar með geta fengið frumtextann. En þetta er hinn mesti mis skilningur; með hans aðferð kom fram texti, sem aldrei hefur til verið.'(Finnur Jónsson 1936: 171, 'Na edição de sagas, geralmente segui um [sc. manuscrito], o mais antigo e melhor, e apenas o emendei [sc. o texto] seguindo outros manuscritos onde [ou: na medida em que] existiram, mas misturar textos e fazer deles um texto principal sempre considerei estar bastante errado. Mas foi isso que Konráð fez em sua edição de Njála. Ele tirou esta frase de um manuscrito e aquela [frase] de outro e pensa que desta forma ele pode obter o original, mas isso é um grande equívoco; com o seu método foi produzido um texto que nunca tinha [anteriormente] existido'). O aðferð de Konráð consistia basicamente em fazer leituras livres de uma série de manuscritos, principalmente Mǫðruvallabók e alguns dos fragmentos mais antigos, mas também leituras isoladas de manuscritos muito mais recentes, principalmente com base em seu sentimento pelo estilo islandês de prosa, sem nenhuma consideração real de relação entre os manuscritos. Há uma história, sem dúvida apócrifa, de que Konráð estava deitado num sofá vestindo um vestido turco, fez e fumando um longo cachimbo enquanto seu amanuense lia as variantes para ele, Konráð em seguida, escolhia aquele que ele achava que soava melhor.

[40] N.A. Jón Helgason certamente não desconhecia ou deixava de se interessar pelos aspectos não-textuais dos livros, como evidenciado por suas várias edições fac-símile: *Corpus codicum Islandicorum* VI (1934b), XV (1942a) e XIX (1950b), Manuscripta Islandica I–VII (1954–66) e Antigos manuscritos islandeses em fascílio (1958–); ele também editou dois volumes, IV (1936) e VI (1942b), da série *Monumenta tipográfica Islândica*.

[41] N.A. A edição de Slay (1960a) foi publicada como vol. 1 das Editiones Arnamagnæanæ, Série B, enquanto a investigação que acompanha a tradição manuscrita foi apresentada em um volume separado na Bibliotheca Arnamagnæana (Slay 1960b).

de erros óbvios de ortografia e gramática e quando o texto, conforme está, não faz sentido aparente. Na parte inferior da página, há leituras variantes completas dos outros manuscritos primários. Ao comparar essas variantes com o texto principal, Slay diz na introdução que "é possível identificar o original comum de todos os manuscritos com considerável certeza" (Slay 1960a: x–i). Em outras palavras, esta é essencialmente uma edição de "melhor texto", o melhor texto tendo sido alcançado por meio da aplicação do método estemático – o melhor dos dois mundos, por assim dizer, em que o editor reúne todas as evidências necessárias para reconstruir o arquétipo, mas sem fazê-lo realmente. Como Odd Einar Haugen apontou, a edição *Arnamagnæan* é, assim, de certa forma uma curiosa híbrida, uma em que "o espírito de Lachmann reina na recensão, o espírito de Bédier na constituição do texto" (Haugen 2002: 10; cf. Haugen 1994 e seu ensaio neste volume).

Embora a base textual para edições do tipo *Arnamagnæan* varie um pouco – desde manuscritos únicos e exclusivos, representando uma compilação específica de sagas reais, por exemplo, até "melhores textos", geralmente com, mas ocasionalmente sem aparato de variantes, até textos múltiplos, apresentados ou em paralelo (ou seja, dois ou mais textos por página) ou sequencialmente (um após o outro ou em volumes separados) – todos são essencialmente do mesmo tipo básico. Apesar da insistência em uma investigação de toda a tradição manuscrita, a suposição subjacente permanece a mesma: que o que o editor está tentando fazer é separar leituras que provavelmente são originais daquelas que não são, leituras "boas" de "ruins". Manuscritos "secundários", ou seja, aqueles demonstradamente derivados de outros ainda existentes, ou manuscritos contendo textos demonstradamente "corrompidos", ainda são descartados como "sem valor". E mesmo que os textos apresentados se baseiem em manuscritos únicos, pouca ou nenhuma atenção é dada aos artefatos físicos em si ou aos processos pelos quais vieram à existência. O foco ainda está em "o texto" em um sentido abstrato, e a busca essencialmente ainda é por origens.

Portanto, enquanto a maioria das edições de textos nórdico-islandeses produzidas nos últimos setenta e cinco anos ou mais tem, argumentavelmente, focado mais no "texto" do que na "obra", nenhuma, até onde posso ver, com exceção da *Úlfhams saga* de Aðalheiður Guðmundsdóttir (2001)[42], deu atenção suficiente aos artefatos em si, aos fatores sociais, econômicos e intelectuais de sua produção, disseminação e recepção, para ser chamada de "nova filologia".

[42] N.A. Ver a discussão em Glauser et al. (2002: 243–99). Outras edições em que foram identificados, incorretamente na minha opinião, como (proto-)*new-philological*, incluem a edição do *Elucidarius*, das publicações da Fundação River (Firchow and Grimstad, 1989),de acordo com Wolf (1993: 339), e as edições Svartá hvítu de Íslendingasögur (Bragi Halldórsson e Bergljót Kristjánsdóttir 1985–6) e Sturlunga (Bergljót Kristjánsdóttir et al. 1988), segundo Sverrir Tómasson (2002: 202, nota 5).

Tudo, menos o cheiro: rumo a uma filologia mais do artefato

Embora a publicação da edição especial da *Speculum* em 1990 tenha sido, como foi dito, um "toque de reunir", a batalha pela *New Philology* nunca foi realmente travada – nem precisou ser, pois as ideias apresentadas estavam muito "no ar", e poucos questionariam agora a noção de que "o texto" não pode ser separado da forma física de sua apresentação. No entanto, na maioria das vezes, continuamos a editar textos como se fosse possível essa separação. O que o editor inclinado para a *New Philology* ou filologia material deveria fazer? Para começar, um editor deveria considerar a produção de edições de textos demonstradamente "corruptos", mas sociologicamente e historicamente interessantes, incluindo re-trabalhos mais recentes de material mais antigo e obras anteriormente descartadas como "espúrias". Deve haver também uma ênfase maior na edição de manuscritos completos, incluindo compilações, miscelâneas e antologias, apesar de sua percebida falta de ordem estética, em vez de obras individuais retiradas do contexto. Em primeiro lugar, no entanto, ele ou ela deve demonstrar uma consciência do manuscrito como um artefato cultural que – entre outras coisas – serve como um veículo para um texto. A maneira mais óbvia de fazer isso é buscar manter o máximo possível de características do original e introduzir o mínimo de interpretação, permitindo assim que o leitor aprecie a interação entre forma e significado. Não estou falando aqui sobre o que E. Talbot Donaldson chamou de "desejo de não existência" do editor (Donaldson 1970: 105)[43]. Para essas transcrições "nível zero", vários níveis de interpretação podem e devem ser adicionados se uma edição for ser útil ao leitor. Mas deve sempre ficar claro o que está realmente escrito na fonte, distinto de como o editor decidiu que isso deve ser interpretado; onde quer que se esteja, sempre se deve ser capaz de retornar ao "nível zero". Felizmente, agora há um meio de fazer precisamente isso: textos eletrônicos usando marcação XML[44].

Crianças aprendendo matemática na escola são obrigadas a "mostrar seus cálculos"; elas não devem, em outras palavras, apenas produzir um resultado (correto), mas também mostrar o processo pelo qual esse resultado foi obtido. Mostrar os próprios cálculos me parece algo que também deveria ser exigido de um editor. Deve ficar claro sempre que houver qualquer forma de interpretação. E por interpretação, refiro-me não apenas a correções ou emendas ao texto, mas também a coisas relativamente simples, como a expansão de abreviações. Escolhe-se as grafias e formas de letras usadas nas expansões com base na prática normal do escriba em questão, mas nunca se pode ter

[43] N.A. Greetham (1994: 296) cita Donaldson referindo-se a isso como a "desejo de morte editorial"; embora mais poético do que "desejo de inexistência", infelizmente não é isso que Donaldson realmente diz.

[44] N.A. Refiro-me aqui em particular ao trabalho da Text Encoding Initiative (TEI); consulte www.teic.org.

certeza absoluta de que é isso que o escriba teria escrito se escolhesse escrever a palavra completa. E certamente é significativo que o escriba não tenha escolhido escrever a palavra completa: o uso (aos nossos olhos) extensivo de abreviações é uma parte tão fundamental do processo de escrita e leitura de manuscritos que questiono se deveríamos expandi-las de todo.

Nos anos 90, quando os estudiosos textuais ficaram cientes das possibilidades de produzir edições eletrônicas de texto, acreditava-se que tais edições substituiriam as edições tradicionais em papel, assim como os CDs estavam substituindo os discos de vinil, os DVDs substituíram as fitas de vídeo, e assim por diante[45]. Alguns foram tão audaciosos a ponto de anunciar a iminente morte do livro impresso. No entanto, isso não apenas não ocorreu, como parece que o livro nunca foi tão viável como meio quanto é hoje. No que diz respeito às edições acadêmicas, a falha da edição eletrônica realmente decolar se deve, em grande parte, acredito, à incapacidade dos estudiosos textuais de enxergar e abraçar o real potencial dos meios digitais, pois fazer isso inevitavelmente envolveria abrir mão do controle mais ou menos total que os estudiosos textuais tendem a querer manter sobre a forma como "seus" textos são apresentados. A maioria dos textos eletrônicos produzidos na última década e meia tem sido estática e apenas para leitura, essencialmente tentando reproduzir o texto impresso na tela. Ao mesmo tempo, vimos o surgimento da web interativa, destacando-se o fenômeno da Wikipédia e serviços de redes sociais como *MySpace* e *Facebook* - o que foi coletivamente chamado de *Web 2.0*. Então, em vez de meras versões eletrônicas de textos impressos, talvez devêssemos pensar em arquivos de texto interativos, onde o usuário determina em muito maior medida a natureza e o alcance do conteúdo e como esse conteúdo é apresentado. Apresso-me em acrescentar que não estou sugerindo que relaxemos nosso rigor acadêmico ou comprometamos nossos princípios filológicos, apenas que reconheçamos que as pessoas podem querer usar nossos textos de maneiras diferentes das que nós mesmos imaginamos. Zumthor, Cerquiglini e os "novos" filólogos todos argumentaram que a instabilidade textual (variação, mouvance, "falta de fixidez") é uma característica tão fundamental dos textos transmitidos por cópia manual que, em vez de tentar trazer ordem a esse caos, deveríamos celebrá-la. Aqui, finalmente, temos um meio de fazê-lo.

[45] N.A. A literatura sobre edição acadêmica eletrônica é extensa. Shillingsburg (1996) é particularmente recomendado, tal como Shillingsburg (2006). Vários artigos recentes de Peter Robinson lidam em particular com o que foi e o que não foi alcançado nessa área, ver, especialmente, Robinson (2004) e Robinson (2005).

Comentários sobre a prática de tradução:

1. O google tradutor mostrou-se muito importante na tradução do islandês para o português, o que auxiliou muito a dirimir dúvidas de tradução da língua inglesa nas situações bilíngues do texto.
2. As referências contidas no texto original não são apresentadas abaixo tal como lá estão, pois ultrapassam os 400 títulos. Em conversa com o Professor Driscoll, ele nos forneceu uma bibliografia "essencial", mais de acordo com os padrões das revistas acadêmicas brasileiras. Não traduzimos, a maioria sem edição em língua portuguesa, e nem sempre, por questões linguísticas das línguas nórdicas, nos foi possível transpor inteiramente para as normas da ABNT.

Referências da tradução

AZEVEDO FILHO, L. A. de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EdUSP, 1987.

BJORK, R. E. (Ed.). *Oxford Dictionary of the Middle Ages*. 4 v. New York: Oxford University Press, 2010.

CERQUIGLINI, B. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Seuil, 1989.

MOOSBURGER, T. de B. Tradução, introdução e notas. In: *Sagas islandesas*. São Paulo: Hedra, 2009.

MOOSBURGER, T. de B. Tradução, introdução e notas. In: *Saga de Njáll*. Dois Irmãos, RS: Clube de Literatura Clássica, 2024.

PRICE, N. *Vikings: a história definitiva dos povos do Norte*. Tradução de Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Planeta, 2021.

QUINN, J.; LETHBRIDGE, E. (Orgs.). *Creating the medieval saga: versions, variability and editorial interpretations of Old Norse saga literature*. Odense, DK: University Press of Southern Denmark, 2010.

THE SKALDIC PROJECT: an international project to edit the corpus of medieval Norse-Icelandic skaldic poetry. Disponível em: https://skaldic.org/m.php?p=skaldic.

TREHARNE, E.; WALKER, G.; GREEN, W. *The Oxford Handbook of Medieval Literature in English*. New York: Oxford University Press, 2010.

Referências essenciais do original (indicadas pelo autor)

BÉDIER, J. La tradition manuscrite du Lai de l'Ombre: réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes. *Romania*, v. 54, p. 161–196, 321–356, 1928.

CERQUIGLINI, B. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Seuil, 1989.

CERQUIGLINI, B. *In praise of the variant: a critical history of philology*. Tradução de Betsy Wing. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1999.

DONALDSON, E. T. The psychology of editors of Middle English texts. In: DONALDSON, E. T. *Speaking of Chaucer*. London: Athlone, 1970. p. 102–118.

DRISCOLL, M. J. Plans for a new edition of the Fornaldarsögur, anno 1937. In: NEY, A.; JAKOBSSON, Á.; LASSEN, A. *Myter og virkelighed i fornaldarsagaerne (The legendary sagas: Myths and reality)*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2008. p. 17–25.

FEBVRE, L.; MARTIN, H. J. *L'apparition du livre*. (L'évolution de l'humanité). Paris: Michel, 1958.

FIDJESTØL, B.; HAUGEN, O. E.; RINDAL, M. *Tekstkritisk teori og praksis: nordisk symposium i tekstkritikk, Godøysund 19.–22. mai 1987*. Oslo: Novus, 1988.

JÓNSSON, F. *Ævisaga Finns Jónssonar eftir sjálfan hann*. Safn Fræðafjelagsins um Ísland og Íslendinga, v. 10. Copenhagen: Møller, 1936.

JÓNSSON, F. (Ed.). *Egils saga Skallagrímsson tilligemed Egils større kvad*. Samfund til udgivelse af gammel nordisk litteratur, v. 17. Copenhagen: Møller, 1886–1888.

FIRCHOW, E. S.; GRIMSTAD, K. (Eds.). *Elucidarius in Old Norse translation*. (Rit Árnastofnunar, v. 36). Reykjavík: Stofnun Árna Magnússonar, 1989.

FREDERIKSEN, B. O. Det første stemma, dets videnskabshistoriske baggrund og skaber(e). In: LÖNNROTH, L. (Ed.). *The Audience of the Sagas. The Eighth International Saga Conference. Gothenburg. Preprints*. v. 2. Gothenburg: Gothenburg University Press, 1991. p. 110–120.

FREDERIKSEN, B. O. Håndskrift og stamtræet. In: HUNOSØE, J.; KIELBERG, E. (Eds.). *I tekstens tegn*. Copenhagen: Reitzel, 1994. p. 33–64.

FREDERIKSEN, B. O. Under stregen – lidt om det eksterne variantapparati historisk perspektiv. In: FORSSELL, P.; KNAPAS, R. (Eds.). *Varianter och bibliografisk beskrivning*. Helsingfors: Svenska litteratursällskapet i Finland, 2003. p. 13–78.

GABLER, H. W. Textual criticism. In: GRODEN, M.; KREISWIRTH, M.; SZEMAN, I. (Eds.). *The Johns Hopkins Guide to Literary Theory and Criticism*. 2. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005. p. 901–908.

GOODY, J. The interface between the written and the oral. In: GOODY, J. *Literacy, family, culture, and the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GREETHAM, D. C. *Textual scholarship: an introduction*. New York: Garland, 1994.

GREETHAM, D. C. *Theories of the text*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GREG, W. W. The rationale of copy-text. *Studies in Bibliography*, v. 3, p. 19–36. In: BRACK Jr, O. M.; BARNES, W. (Eds.). *Bibliography and textual criticism: English and American authors, 1700 to the present*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1969. p. 41–58.

HAUGEN, O. E. Utgjevning av norrøne tekster i Noreg: eit historisk overblik og ei metodisk vurdering. *Nordica Bergensia*, n. 1, p. 137–174, 1994.

HAUGEN, O. E. Constitutio textus: intervensjonisme og konservatisme i utgjevinga av norrøne tekster. *Nordica Bergensia*, n. 7, p. 69–99, 1995.

HAUGEN, O. E. The spirit of Lachmann, the spirit of Bédier. Paper read at The Annual Meeting of The Viking Society, University College London, 8 nov. 2002. Disponível em: http://www.ub.uib.no/elpub/2003/a/522001/haugen.pdf.

HOLM, P. O. G. Carl Johan Schlyter and textual scholarship. *Saga och Sed: Kungl. Gustav Adolfs Akademiens Årsbok*. Uppsala: Lundequistska bokhandeln, 1972. p. 48–80.

JAKOB BENEDIKTSSON, S. Jón Helgason. In: *Dansk biografisk leksikon*, v. 6, p. 208–209. Copenhagen: Gyldendal, 1980.

JENSEN, H. Eiríks saga víðförla: Appendiks 3. In: *The Sixth International Saga Conference, 28.7.–2.8.1985. Workshop Papers*. v. 2. Copenhagen: Det Arnamagnæanske Institut, 1985. p. 499–512.

JENSEN, H. Om udgivelse af vestnordiske tekster. In: HOLMBERG, B.; FREDERIKSEN, B. O.; RUSS, H. (Eds.). *Forskningsprofiler udgivet af Selskab for Nordisk Filologi*. Copenhagen: Gyldendal, 1989. p. 208–220.

JÓN HELGASON. Planer om en ny udgave af skjaldedigtningen. *Acta philologica scandinavica*, v. 19, p. 130–132, 1950.

JÓN HELGASON. Finnur Jónsson. *Aarbøger for nordisk Oldkyndighed og Historie*, 1934. p. 137–160.

JÓN HELGASON. *Handritaspjall*. Reykjavík: Mál og menning, 1958.

KENNEY, E. J. Textual criticism. *Encyclopædia Britannica*, 15. ed., v. 20. Chicago: Encyclopædia Britannica, 1985. p. 614–620. Disponível em: https://www.britannica.com/eb/article-9108631.

LOUIS-JENSEN, J. Jón Helgason, 30. jun 1899 – 19. jan. 1986. *Københavns Universitet: Årbog*, 1986. p. 27–30.

MAAS, P. *Textkritik*. 3. ed. Leipzig; Berlin: Teubner, 1927.

MAAS, P. *Textual criticism*. Tradução de Barbara Flower. Oxford: Clarendon, 1958.

MCGANN, J. J. From text to work: digital tools and emergence of the social text. *Variants: The Journal of the European Society for Textual Scholarship*, v. 4, p. 225–240, 2005.

MCGANN, J. J. Theories of texts. *London Review of Books*, 18 fev. 1988. p. 20–21.

MCGANN, J. J. *A critique of modern textual criticism*. Charlottesville: University of Virginia Press, 1992.

MCGANN, J. J. *The textual condition*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. (The Panizzi Lectures 1985). London: British Library, 1986. Reimpressão: Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NICHOLS, S. Philology and its discontents. In: PADEN, W. D. (Ed.). *The future of the Middle Ages: Medieval literature in the 1990s*. Gainesville, FL: University of Florida Press, 1994. p. 113–141.

NICHOLS, S. Philology in a manuscript culture: the new philology. *Speculum: A Journal of Medieval Studies*, v. 65, n. 1, p. 1–10, jan. 1990.

NICHOLS, S. Why material philology? Some thoughts. In: *Philologie als Textwissenschaft: Alte und Neue Horizonte*.

ONG, W. J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. London: Methuen, 1982.

PICKENS, R. T. The future of Old French studies in America: the "old" philology and the crisis of the "new". In: PADEN, W. D. (Ed.). *The future of the Middle Ages: Medieval literature in the 1990s*. Gainesville, FL: Florida University Press, 1994. p. 53–86.

ROBINSON, P. Current issues in making digital editions of medieval texts – or, do electronic scholarly editions have a future?. *Digital Medievalist*, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: https://journal.digitalmedievalist.org/article/id/6953/.

ROBINSON, P. Where we are with electronic scholarly editions, and where we want to be. *Jahrbuch für Computerphilologie Online*, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: http://computerphilologie.digital-humanities.de/jg03/robinson.html.

RUH, K. (Ed.). *Überlieferungsgeschichtliche Prosaforschung: Beiträge der Würzburger Forschergruppe zur Methode und Auswertung*. Tübingen: Niemeyer, 1985.

SHILLINGSBURG, P. *Scholarly editing in the computer age: theory and practice*. 3. ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

SLAY, D. (Ed.). *Hrólfs saga kraka*. Copenhagen: Editiones Arnamagnæanæ B I, 1960.

SLAY, D. *The manuscripts of Hrólfs saga kraka*. Copenhagen: Bibliotheca Arnamagnæana, v. XXIV, 1960.

SPERBERG-McQUEEN, C. M.; BURNARD, L. *TEI P5: Guidelines for electronic text encoding and interchange*. Disponível em: https://www.tei-c.org/release/doc/tei-p5-doc/en/html/index.html.

TERVOOREN, H.; WENZEL, H. Zeitschrift für Deutsche Philologie, v. 116, p. 10–30, 1997.

TÓMASON, S. Er nýja textafræðin ný? Þankar um gamla fræðigrein. *Gripla*, v. 13, p. 199–216, 2002.

TIMPANARO, S. *La genesi del metodo del Lachmann*. Firenze, 1963. Tradução alemã: *Die Entstehung der Lachmannschen Methode*, por Dieter Irmer. Hamburg, 1971. Tradução inglesa: *The genesis of Lachmann's method*, por Glenn W. Most. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

WOLF, K. Old Norse – new philology. *Scandinavian Studies*, v. 65, n. 3, p. 338–348, 1993.

ZUMTHOR, P. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972.